



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 51/XIII/2.ª

Aos quatro dias do mês de outubro de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 50/XIII/2.ª;
2. Projeto do Plano de Atividades para a 2.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura;
3. Apreciação e votação do relatório referente à [Petição n.º 128/XIII/1ª](#) - Pretende a aprovação de legislação que permita aos tenentes-coronéis reformados que combateram no ex-Ultramar serem graduados no posto de coronel;
Relator: Deputado Bruno Vitorino (PSD)
4. Programação dos trabalhos;
5. Informações;
6. Outros Assuntos.

Aberta a reunião, pelo Presidente da Comissão, Senhor Deputado Marco António Costa (PSD), foi apreciada e submetida a votação a ata n.º 50/XIII/2.ª, tendo sido aprovada por unanimidade, não se encontrando presentes no momento da votação os representantes dos GP do BE e do PCP.

No ponto destinado à apreciação do projeto do Plano de Atividades, e não havendo outras propostas para além das que foram introduzidas na reunião anterior, foi aprovado por unanimidade, não se encontrando presentes no momento da votação os representantes dos GP do BE e do PCP.

O Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) apresentou o relatório referente à [Petição n.º 128/XIII/1ª](#) - *Pretende a aprovação de legislação que permita aos tenentes-coronéis reformados que combateram no ex-Ultramar serem graduados no posto de coronel.*

Interveio de seguida o Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP), que realçou a necessidade de a Comissão acompanhar a resposta que o Ministério da Defesa Nacional dá às petições que lhe são reencaminhadas, o que obteve o apoio do Senhor Presidente, que ficou de apresentar uma

metodologia de acompanhamento no âmbito da cooperação institucional com o Governo, e dos Senhores Deputados José Miguel Medeiros (PS) e Bruno Vitorino (PSD), que expressaram o seu acordo.

Submetida a votação, foi o relatório aprovado por unanimidade, não se encontrando presentes no momento da votação os representantes dos GP do BE e do PCP.

O Senhor Presidente informou que as próximas reuniões da Comissão teriam lugar nos dias 12 e 18 de outubro, a primeira destinada à concessão de audiências e a segunda à visita ao Regimento de Comandos.

Informou também que tinha recebido formalmente, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma carta do Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da Turquia, convidando a Comissão para uma visita a partir do final do mês de outubro, e cujo teor já havia sido transmitido em 27 de setembro aos membros da Mesa e Coordenadores. Atendendo à situação política que se vive na Turquia, a decisão definitiva sobre este assunto será antecedida de um debate no qual se avaliará a oportunidade da visita.

Informou ainda que tinha recebido da Comissão de Agricultura e Mar um pedido de contributo para apreciação da Petição n.º 165/XIII/1ª – *Solicitam que a Força Aérea Portuguesa volte a combater diretamente o flagelo dos incêndios florestais* -, tendo ficado de articular com o Presidente daquela Comissão a metodologia a adotar na sua concretização.

Seguidamente o Senhor Presidente introduziu o assunto dos estudos acerca da utilização pela aeronáutica civil da Base Aérea n.º 6, informando que a carta que tinha dirigido em 22 de setembro ao Ministro da Defesa Nacional, via Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares - a solicitar o relatório elaborado por um grupo de trabalho designado pelo Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas, que terá efetuado “trabalhos fundamentais com impacto na Força Aérea” que foram desenvolvidos “de forma bilateral e reservada entre a NAV e a Força Aérea” - ainda não tinha obtido resposta, mas que, no entanto, o teor desse relatório foi publicitado pelo jornal Observador no dia 3 de outubro.

Recordou todo o processo - desde a visita da Comissão à Base Aérea n.º 6, em 18 de maio, passando pelas cartas a solicitar elementos sobre o assunto, dirigidas ao Ministro da Defesa Nacional em 20 de maio e em 5 de julho, pela justificação dada na audição de 14 de setembro e, finalmente, pela carta que lhe dirigiu em 22 de setembro - e a circunstância de o assunto ter surgido na comunicação social antes de ser dado conhecimento à Comissão, que, no âmbito das suas competências de fiscalização, tem o objetivo de acautelar os interesses das Forças Armadas e a operacionalidade da Força Aérea.

Informou que iria pedir formalmente, enquanto Presidente da Comissão, informações ao Governo e manifestar o desagrado pela falta de resposta, bem como comunicar o ocorrido ao Presidente da Assembleia da República, por se tratar de uma situação que, sob o ponto de vista institucional, não pode acontecer.

Intervieram de seguida os Senhores Deputados José Miguel Medeiros (PS) - que concordou com o pedido de esclarecimentos ao MDN a fim de justificar a demora -; João Rebelo (CDS-PP) - que entendeu ter havido uma quebra de respeito para com a Comissão, e não se tratando de documentos classificados, a Comissão deveria manifestar o seu desagrado, estabelecer uma data limite para a apresentação dos elementos solicitados e, caso não fosse enviado o relatório, convocar o Ministro da Defesa Nacional para uma audição, mesmo que o seu GP tivesse de utilizar o seu direito potestativo para o efeito -; João Soares (PS) - que expressou a sua concordância com a intervenção do Senhor Presidente, pois, sendo objetivo da Comissão assegurar a operacionalidade da Força Aérea, a utilização civil da Base do Montijo põe-na em causa, para além de ser uma importante infraestrutura da Defesa, pelo que entendeu que deveriam ser ouvidas todas as entidades envolvidas como a ANA, o MDN ou o CEMFA.

O Senhor Deputado José Matos Correia (PSD), manifestando concordância com a atuação do Senhor Presidente, apelou para que a Comissão se concentrasse no essencial e na manutenção do consenso nesta matéria que esteve na base da solicitação dos elementos. No entanto, constatou que a postura do Senhor Ministro na última audiência, em que reconheceu a sua responsabilidade na demora do envio dos documentos, não condiz com o comportamento posterior, que poderia mesmo configurar uma deslealdade institucional, uma vez que o governo já conhecia o relatório - que aponta para graves constrangimento para a operacionalidade da Força Aérea - e a Comissão foi mantida na ignorância, enquanto simultaneamente se verificaram “fugas” para a comunicação social. Recordou que tem sido sempre possível manter o consenso e a lealdade institucionais na área da Defesa e das Forças Armadas, o que neste caso, que considerou intolerável, não se verificou.

O Senhor Deputado José Miguel Medeiros (PS) recordou que o MDN não disse que não tivesse na sua posse os estudos, mas apenas que estavam em apreciação, e o facto de estarem envolvidos dois ministérios também a pode ter atrasado e, finalmente, afirmou que a consensualidade deve pressupor a contenção das conclusões, ao que o Senhor Deputado José Matos Correia (PSD) contrapôs, mantendo a opinião de que é legítimo tirar a conclusão de deslealdade do Governo sem a atribuir a um ministério em particular.

O Senhor Presidente, questionado pelo Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) acerca da razão pela qual não falou diretamente com o MDN sobre o assunto, respondeu dizendo que estas questões devem ser tratadas de forma institucional e pelas vias oficiais, mas que, neste caso,

também o fez e que inclusivamente lhe enviou um cartão pessoal a dar-lhe conta de que tinha enviado o pedido por aquelas vias.

Nesse momento da reunião foi entregue em mão um sobrescrito remetido pela Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares dirigido ao Presidente da Comissão, que de imediato o abriu, constatando que continha um ofício *urgente* a enviar o *Relatório do grupo de trabalho BA 6 - Aeroporto Complementar Portela* e um CD.

O Senhor Presidente informou a Comissão que o teor do CD seria de imediato disponibilizado aos membros da Comissão.

Nesta conformidade e nada mais havendo a tratar, foi a reunião foi encerrada às 16:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de outubro de 2016.

O PRESIDENTE

(MARCO ANTÓNIO COSTA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Ascenso Simões
Bruno Vitorino
Clara Marques Mendes
Diogo Leão
Firmino Pereira
João Rebelo
João Soares
João Vasconcelos
Jorge Machado
José de Matos Correia
José Miguel Medeiros
Marco António Costa
Miguel Coelho
Miranda Calha
Vitalino Canas
Luís Vales
Miguel Santos
Teresa Morais

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves
Rosa Maria Bastos Albernaz

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Idália Salvador Serrão
Luís Pedro Pimentel
Pedro Filipe Soares
Pedro Roque